

SÚMULA DA AUDIÇÃO

Data: 12 de janeiro de 2023

14H00

Iniciativa: HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental e outros

Assunto: [Petição n.º 56/XV/1.ª](#) – «Criação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual»

No dia 12 de janeiro de 2023, pelas 14 horas, a Senhora Deputada Carla Madureira (PSD), na qualidade de relatora da petição *supra* identificada, juntamente com os Senhores e as Senhoras Deputadas Marta Freitas (PS), Ana Isabel Santos (PS), Rui Rocha (IL), Alfredo Maia (PCP) e José Moura Soeiro (BE), recebeu em [audição](#) os representantes da primeira peticionária, HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental: Prof. Dra. Helena Albuquerque (Presidente da Direção), Dra. Teresa Guimarães (Vice-Presidente da Direção), Prof. José Duarte (Secretário da Direção), Luís Amaral (Tesoureiro da Direção), Dra. Rosa Moreira (Vogal da Direção) e Dra. Maria Helena Colaço (Diretora de Serviços), em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 6/93, de 1 de março, 15/2003, de 4 de junho, 45/2007, de 24 de agosto, 51/2017, de 13/07, que a republicou, e ainda pela Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro (Lei do Exercício do Direito de Petição). Depois de os cumprimentar, a Senhora Deputada relatora propôs-se ouvi-los, em nome da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), sobre os motivos que presidiram à apresentação da petição.

A Presidente da Direção da HUMANITAS, **Prof. Dra. Helena Albuquerque**, começou por agradecer a todos os signatários da petição, e bem assim ao Senhor Presidente da Assembleia da República, por receber a Direção na entrega das assinaturas, e à CTSSI, pelo agendamento da audição, aproveitando para enaltecer o contributo de muitas entidades ligadas a esta área, num movimento notável, e que confirmou desde o início o sentido da sua existência. Isto posto, descreveu a Federação e o seu âmbito de intervenção, identificando dois objetivos principais: sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o Governo pelos direitos das pessoas com deficiência intelectual e formar e informar as suas associadas para um apoio de qualidade, resumindo que cuidavam de pessoas, transformavam vidas e faziam a diferença todos os dias.



Prosseguiu, relatando as histórias de crianças e jovens apoiadas pela entidade, que assim conseguiam desfrutar de uma vida digna, bem como dos seus familiares, que confessavam poder morrer em paz porque sabiam que «o seu filho, com grandes limitações, teria um lar residencial para o acolher no seu envelhecimento».

Posto isto, ressaltou que o mundo das pessoas com deficiência intelectual ainda continuava muito escondido, distribuindo a responsabilidade pelas instituições de acolhimento e pela sociedade, que não as sabia integrar e respeitar tal como são, invocando a rigidez com que se encaram os padrões de normalidade e evocando experiências de um passado não tão distante quanto isso, com asilos sobrelotados sem condições dignas, onde estas pessoas eram abandonadas, paradigma que só viria a mudar em meados do século XX, destacando, nessa área, a constituição da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) Lisboa, associada da HUMANITAS.

Volvidos estes anos, assinalou que, atualmente, se considera que é a pessoa com deficiência que sabe o que é melhor para si, sendo responsabilizada, sempre que possível, pelas suas decisões, o que reclama a criação de espaços próprios de expressão, consciencialização e informação, junto de profissionais da saúde, educação, justiça e segurança social, do setor público e privado, ressaltando que a deficiência intelectual, com as suas particularidades, tinha de ser sentida e conhecida para ser incluída. A este respeito, não deixou de referir que se constatava que, até em eventos oficiais, como o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a 3 de dezembro, as pessoas com deficiência intelectual continuavam a não ser faladas nem ouvidas, acrescentando que, na maior parte dos casos, esta deficiência era invisível, sem sinais exteriores que a manifestassem. Por outro lado, aludiu igualmente à impossibilidade, em grande parte dos casos, da representação na primeira pessoa, fruto das dificuldades, ou até incapacidade, de comunicação, pugnando pela decisão dos próprios sobre as suas vidas. Sem prescindir, sinalizou que, apesar de na hodierna sociedade tecnológica as deficiências serem muitas vezes compensadas pelas ferramentas digitais e operativas disponíveis, a verdade é que nenhuma tecnologia conseguia substituir as capacidades intelectuais, mas tão-só ajudar a desenvolvê-las.

Por tudo isto, apelou à instituição do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual, com a criação de espaços próprios, em que as suas singularidades pudessem ser conhecidas e analisadas, no âmbito de uma ação concertada de mobilização e sensibilização da sociedade civil para esta temática. Concluiu explicando que a escolha do dia 10 de maio, tal como resultava do texto da petição, se justificava por corresponder ao nascimento de Dwight Mackintosh, em 1906, na Califórnia, que viveu institucionalizado num hospital psiquiátrico durante 56 anos, após receber o diagnóstico com 16 anos, tornando-se num dos pintores mais famosos do século XX.



Assim, com este propósito, pretendia-se valorizar e representar a pessoa com deficiência intelectual no seu todo, as suas capacidades e o seu pleno direito de exigir o respeito e atenção de todos, sendo incluída como ser único e especial.

Terminada a intervenção inicial da representante da primeira peticionária, foi então dada a palavra aos Grupos Parlamentares, começando por intervir a Senhora Deputada **Marta Freitas (PS)**, que reconheceu a especificidade da petição, assim como sublinhou que o número de assinaturas recolhidas refletia o trabalho efetuado. Não obstante, notou que a transição para a vida adulta das pessoas com deficiência intelectual era enfrentada de forma diferente, perguntando se estes jovens sentiam menos oportunidades se comparados com outros jovens com deficiência, em particular no que concerne à formação e ao trabalho. À parte isso, questionou ainda em que outros campos, para além da vida política e económica, estas pessoas sentiam que não tinham voz, designadamente no acesso à vida independente, na administração e usufruto dos seus bens, no casamento e no acesso ao voto, entre outros. Para além dos casos de sucesso mencionados, fez também referência às medalhas conquistadas pelos atletas paralímpicos e a outras iniciativas, considerando que se justificava uma diferenciação positiva, daí a importância da consagração deste dia.

Em segundo lugar, interveio o Senhor Deputado **Rui Rocha (IL)**, desculpando-se por ter de sair antecipadamente devido a outros trabalhos parlamentares em curso. Ainda assim, afixou que estava demonstrada a pertinência do peticionado, declarando a total abertura do Grupo Parlamentar (GP) da IL para as questões enunciadas.

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado **Alfredo Maia (PCP)**, que começou por saudar o testemunho e o conjunto de exemplos elencados, registando com particular atenção a necessidade e o direito que a pessoa com deficiência intelectual tem de ser ouvida, de ser sujeito, recordando os tempos de segregação e até de encarceramento destas pessoas e lamentando que este problema se tivesse prolongado até demasiado tarde. Não esquecendo o dramatismo de algumas situações, relacionadas em particular com a transição para a vida adulta e com a perda dos progenitores e outros familiares, realçou que, para o GP do PCP, mais importante que o significado dos dias dedicados à celebração de efemérides, importava salientar o verdadeiro compromisso que os poderes públicos, nomeadamente o Parlamento, assumem ao acompanhar uma petição com estes objetivos, justamente porque não basta assinalar a data no calendário. De facto, era necessário, outrossim, praticar políticas públicas adequadas, aditando ainda que o seu Grupo Parlamentar tinha apresentado várias iniciativas



ao longo dos anos, sendo ainda sua prática acompanhar no terreno as inúmeras associações que intervêm nesta área. Finalizou reforçando o compromisso com esta causa.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado **José Moura Soeiro (BE)**, que de igual modo saudou a iniciativa em apreço, e enfatizou que dar visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência intelectual, seus familiares e cuidadores era uma causa mais que justa, donde declarou nada ter a opor à demandada comemoração, sem esquecer que se debatia por vezes na Assembleia da República a competência para o reconhecimento dos dias nacionais, e também se podiam ser as próprias entidades a fazê-lo, inferindo que mesmo sem a consagração institucional, nada impedia que os interessados assinalassem a data. Destarte, deixou duas interrogações, a primeira sobre a autorrepresentação no âmbito desta deficiência, que comportava múltiplas realidades, considerando que não se podia decretar à partida esse modelo, ainda que naturalmente o aquilatassem como positivo; e ainda de que forma é que a celebração deste dia poderia servir de pretexto para promover ações de formação e sensibilização a nível nacional, equacionando que lhe pudesse estar associada a imputação de iniciativas por entidades públicas, sem embargo de outras da sociedade civil.

Por último, e de novo no uso da palavra, desta vez em representação do seu Grupo Parlamentar, a Senhora Deputada **Carla Madureira (PSD)** elogiou o empenho concretizado no número de assinaturas reunidas e mostrou o apreço pelo trabalho desenvolvido, que fazia a diferença na vida das pessoas, insistindo no impacto que poderá ter a implementação do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e no que este poderá trazer de diferente.

Foi então novamente concedida a palavra aos representantes da primeira peticionária, mais concretamente à **Dra. Rosa Moreira**, Vogal da Direção da HUMANITAS, que alertou que muito era o caminho percorrido nesta área, mas que ainda havia muito por fazer, e que era por isso que ali estavam, em especial no que toca à mudança de mentalidades e de políticas e ao seu ajuste às necessidades, daí a centralidade da transição da vida pós-escolar, que era muito difícil, visto que algumas pessoas conseguiam formação e emprego, mas outras não. Perante isto, valorizou a imperatividade de adequar as políticas a todas as idades, até porque algumas não conseguiam comunicar, sendo representadas pelos pais. Por tudo isto, o desiderato da petição almejava uma sociedade mais justa e inclusiva, ainda que todos os dias fossem dias de sensibilização.

Por sua vez, **Luís Amaral**, Tesoureiro da Direção da HUMANITAS, acentuou que já tinham alcançado muitas conquistas e que um dos fundamentos da petição era a necessidade de



igualdade para as diferentes deficiências, respeitando as particularidades de cada uma, visto que havia pessoas que não conseguiam sequer falar na primeira pessoa, interessando saber qual era o seu bem-estar e qualidade de vida. Deste modo, reiterou que a abordagem desta efeméride era cumprida de forma global, esperando ajudar e poder ser ouvidos para estas políticas, já que, na maior parte dos casos, todos eram familiares de pessoas com deficiência intelectual. Quanto ao mais, concordou com a importância de as entidades públicas se associarem a esta celebração, sem excluir a sociedade civil.

Também o **Prof. José Duarte**, Secretário da Direção da HUMANITAS, comentou o papel dos cuidadores informais no acompanhamento das pessoas com deficiência intelectual, anuindo com a alusão aos sucessos do desporto adaptado, lembrando que tinham lutado pela criação de regulamentos, estruturas e quadros competitivos na esfera da deficiência intelectual, que estiveram na génese das medalhas alcançadas, e acrescentando que o atleta Lenine Cunha era o português mais medalhado da História. Não obstante, aproveitou o ensejo para deixar um desafio aos partidos presentes: anunciarem ou consumarem uma iniciativa parlamentar com este escopo no dia 10 de maio, de forma a dar outra visibilidade a estes atletas, fosse um projeto de lei, de resolução ou de voto, e recordando a qualidade da secção de natação do Sporting Clube de Portugal.

Por fim, a **Dra. Teresa Guimarães**, Vice-Presidente da Direção da HUMANITAS, resumiu que chegar ao Parlamento com esta demanda já era significativo, apelando a que o legislador não esquecesse a dimensão intelectual da deficiência.

No final, a Senhora Deputada agradeceu todos os esclarecimentos prestados, comunicando que assim que aprovado o relatório em Comissão, a petição seria encaminhada para discussão em Plenário, atento o número de assinaturas apresentadas.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada às 14 horas e 57 minutos.

A audição foi registada em [suporte vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta súmula, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A DEPUTADA RELATORA

Carla Madureira